

Deputados por São Paulo que votaram a favor da Reforma Trabalhista:

Alexandre Leite - DEM
Jorge Tadeu - DEM
Guilherme Mussi - PP
Ricardo Izar - PP
Capitão Augusto - PR
Márcio Alvino - PR
Miguel Lombardi - PR
Antônio Bulhões - PRB
Beto Mansur - PRB
Celso Russomano - PRB
Marcelo Squassoni - PRB
Roberto Alves - PRB
Sérgio Alves - PRB
Vinícius Carvalho - PRB
Luiz Lauro Filho - PSB
Eduardo Bolsonaro - PSC
Herculano Passos - PSD

Adérmis Marini - PSDB
Bruna Furlan - PSDB
Eduardo Cury - PSDB
Miguel Haddad - PSDB
Ricardo Tripoli - PSDB
Sílvio Torres - PSDB
Vanderlei Macris - PSDB
Vitor Lippi - PSDB
Neson Marquezelli - PTB
Dr. Sinval Malheiros - PODE
Renata Abreu - PTB
Antônio Carlos Mendes Thame - PV
Evandro Gussi - PV
Major Olímpio - Solidariedade
Fausto Pinato - PP
Pr. Marco Feliciano (abstenção)

Deputados por São Paulo que votaram a favor do arquivamento da denúncia contra Temer:

Alexandre Leite - DEM (abstenção)
Antônio Bulhões - PRB
Baleia Rossi - PMDB
Beto Mansur - PRB
Bruna Furlan - PSDB
Celso Russomano - PRB
Dr. Sinval Malheiros - PODE
Eli Corrêa Filho - DEM
Evandro Gussi - PV
Fausto Pinato - PP
Gilberto Nascimento - PSC
Goulart - PSD
Guilherme Mussi - PP
Herculano Passos - PSD
Jorge Tadeu Mudalen - DEM

Marcelo Squassoni - PRB
Márcio Alvino - PR
Miguel Lombardi - PR
Milton Monti - PR
Missionário José Olímpio - DEM
Nelson Marquezelli - PTB
Paulo Maluf - PP
Paulo Pereira da Silva - SD
Pr. Marco Feliciano - PSC
Ricardo Izar - PP
Roberto Alves - PRB
Roberto de Lucena - PV
Vinicius Carvalho - PRB
Walter Ihoshi - PSD

SINDXF-SP

SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

SINSPREV
Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo - Filiação FENASPS

EM DEFESA DAS NOSSAS APOSENTADORIAS

No dia de hoje o governo Temer e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM/RJ), operam um verdadeiro balcão de negócios para tentar obter o compromisso de 308 deputados em favor da Proposta de Emenda Constitucional 287/2016. A PEC 287, como é conhecida, estabelece as regras da chamada reforma da Previdência, mas na verdade não é uma reforma (uma mudança para melhor). O que está para ser colocado em votação é o fim do direito à aposentadoria.

Eles tentam enganar a população dizendo que a reforma da Previdência é uma “necessidade” para não gerar um colapso das contas públicas. E ainda tentam jogar trabalhadores uns contra os outros alegando querer “acabar com privilégios” que os servidores públicos teriam.

QUEM SÃO OS PRIVILEGIADOS?

Uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) provou, em relatório divulgado em outubro de 2017, que não existe déficit nas contas da Previdência. O que existe é má gestão, fraudes e sonegação. Grandes empresas devem R\$ 450 bilhões à Previdência.

Todos os anos os governos desviam 20% do orçamento constitucional da Previdência para o pagamento da dívida pública, cujos credores são grandes bancos. No ano passado o desvio subiu para 30%. Entre 2005 e 2014 foram desviados R\$ 500 bilhões para a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU), conforme estudo da Associação Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip).

Sem falar que parlamentares têm o direito de se aposentarem com salário integral (hoje R\$ 33,7 mil) após cumprir apenas um ou dois mandatos, somando tempos de contribuição do INSS ou outros cargos públicos.

UMA REFORMA INACEITÁVEL

Se a reforma passar, os servidores públicos, assim como os trabalhadores do setor privado, terão que contribuir 40 anos para obterem uma aposentadoria mais próxima do valor do salário da ativa. No entanto, o tempo de contribuição mínimo proposto para os servidores públicos será maior, 25 anos de contribuição, sendo que receberão somente 70% do valor da aposentadoria. Estudo divulgado pelo Instituto de Economia da Unicamp aponta que oito em cada dez brasileiros só terão 15 anos de contribuição comprovada ao se aposentarem, e irão perder 40% da renda mensal.

Os atuais aposentados e pensionistas terão uma drástica redução em seus proventos, aprofundando ainda mais as perdas históricas e os efeitos do congelamento salarial previsto até 2019.

Por isso, nesse Dia dos Aposentados, 24 de janeiro, estamos aqui prestando esclarecimentos e convidamos todas e todos a não permitir o fim das aposentadorias no Brasil. No dia 5 de dezembro passado era para ter acontecido uma greve geral no país para impedir a votação da reforma. Mas as grandes centrais sindicais desmarcaram a mobilização três dias antes. Depois vazou que várias delas estavam negociando um acordo para liberar R\$ 500 milhões em dinheiro do imposto sindical. O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (Sintrajud), o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sinsprev/SP), o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado São Paulo (Sindsef/SP) e a CSP-Conlutas repudiam esse tipo de negociata. Em direito não se mexe!

Defendemos a construção de uma nova greve geral caso o governo cumpra a ameaça de votar a reforma em votação no próximo dia 19 de fevereiro. E chamamos você a fortalecer essa luta que é de todos nós.

A VERDADE SOBRE A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Já os servidores públicos contribuem com 11% sobre o salário bruto para a Previdência. Diferente do setor privado, onde o trabalhador contribui com no máximo R\$ 608,44 porque existe um teto de R\$ 5.531,31.

Os trabalhadores dos serviços públicos também contribuem com a Previdência depois que se aposentam. E agora o governo quer aumentar essa contribuição de 11% para 14%.

ASSIM COMO AS MUDANÇAS NA CLT, A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SÓ TRAZ PREJUÍZOS

Quando queriam aprovar a reforma trabalhista, o governo e seus aliados diziam que as mudanças iriam “modernizar” o país. Agora as pessoas estão sendo contratadas por menos que o salário mínimo e podem receber apenas pelas horas efetivamente trabalhadas. O intervalo para almoço pode ser só de 30 minutos. As férias podem ser parceladas em três vezes. Acordos coletivos podem ser reconhecidos mesmo que ofereçam menos do que o previsto na legislação. Grávidas e mulheres que estão amamentando podem ser obrigadas a trabalhar em ambientes insalubres ou perigosos. É isso que você quer para a sua velhice depois de passar anos pagando ao INSS ou à Previdência dos regimes próprios? Temos certeza que não!

SE COLOCAR PRA VOTAR, O BRASIL VAI PARAR!